



ENCONTROS DEMOCRÁTICOS

CICLO DE DEBATES

CADASTRO POSITIVO

Revolução no sistema de crédito no Brasil

Palestras de

**ALFREDO COTAIT, ELIAS SFEIR,
MARCO BERTAIOLLI E WALTER IHOSHI**



Encontros Democráticos são publicações do Espaço Democrático, a fundação para estudos e formação política do PSD

MAIS CRÉDITO E MENOS JUROS PARA O BOM PAGADOR

A lei do Cadastro Positivo, em vigor desde 9/7/2019, deve provocar uma revolução no mercado de crédito do Brasil. Cerca de 130 milhões de pessoas devem ser beneficiadas, incluindo 22 milhões que estão fora do mercado de crédito hoje. Essa é a expectativa dos especialistas que participaram, em abril de 2019, do Encontro Democrático que teve por tema “A Nova Era do Cadastro Positivo”.

Coordenado pelo jornalista **Sérgio Rondino**, o encontro teve a participação de **Alfredo Cotait**, presidente da Federação das Associações Comerciais de São Paulo (Facesp) e da Associação Comercial de São Paulo; **Marco Bertaiolli**, deputado federal pelo PSD e vice-presidente da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (Facesp); **Walter Ihoshi**, presidente da Junta Comercial do Estado de São Paulo e relator do projeto do Cadastro Positivo na Câmara em seu mandato como deputado federal; e **Elias Sfeir**, presidente-executivo da Associação Nacional dos Bureaus de Crédito (ANBC).

O evento reuniu na plateia diversos líderes do PSD, a exemplo do ex-ministro **Andrea Matarazzo**, da coordenadora nacional do PSD Mulher, **Alda Marco Antonio**, e do coordenador do PSD Jovem de São Paulo, Rafael Auad.

Para Cotait, “quem precisa de crédito terá a oportunidade de negociar a taxa de juros que pagará, pois quanto melhor for seu histórico de pagamentos, menos juros ele pagará”. Bertaiolli, também relator do projeto na Câmara quando a proposta foi finalmente aprovada, lembrou que o PSD foi o partido que encampou a defesa do Cadastro Positivo. Walter Ihoshi, por sua vez, lembrou que o novo regulamento, além de reduzir os juros, deve aumentar o volume de crédito no País e facilitar o acesso das pequenas empresas aos financiamentos, estimulando a atividade econômica e gerando empregos. E Elias Sfeir destacou que mais de 70 países já têm seus cadastros positivos e sua adoção no Brasil veio “com 30 anos de atraso”.

Boa leitura.



SÉRGIO RONDINO: Boa tarde a todos vocês que participam aqui deste Encontro Democrático e aos que nos acompanham pelo Facebook do Espaço Democrático. Hoje vamos tratar da nova lei do Cadastro Positivo. É algo que vai mexer com todos nós. Mas de que maneira? É positivo? É negativo? Tem problemas? É um avanço ou não? Houve muita polêmica durante a longa tramitação da lei e agora é hora de esclarecer o assunto. Para isso temos o prazer de receber alguns especialistas no tema.

Um deles é o deputado federal Walter Ihoshi. Ele é presidente da Junta Comercial de São Paulo e foi relator, durante seu mandato como deputado federal, do Projeto de Lei 441/17, que tornou automática a inclusão das pessoas físicas e jurídicas no Cadastro Positivo. Walter é formado em administração pública, com especialização em marketing e finanças.

Outra presença importante é a do Alfredo Cotait, presidente da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo, a Facesp, e da Associa-

ção Comercial de São Paulo. Ele também é vice-presidente nacional do PSD. Empresário e engenheiro, foi senador por São Paulo entre 2010 e 2011.

Também está conosco o deputado federal Marco Bertaiolli, do PSD, que é vice-presidente da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo. Ele é administrador de empresas, pós-graduado em Gestão em Cidades pela Fundação Armando Álvares Penteado e foi prefeito de Mogi das Cruzes por dois mandatos - com muito sucesso, aliás.

Outra presença importante é a do presidente executivo da Associação Nacional dos Bureaus de Crédito (ANBC), Elias Sfeir. Ele é formado em engenharia pela Politécnica de São Paulo, pós-graduado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas e tem MBA pela Kellogg Business School e também pela Midwestern University (MWU).

Vamos então começar os nossos trabalhos de hoje com o Alfredo Cotait.

O CADASTRO POSITIVO É, NA VERDADE, UM GRANDE BANCO DE DADOS COM INFORMAÇÕES PESSOAIS, PRINCIPALMENTE DAQUELES QUE HONRAM OS SEUS COMPROMISSOS, PARA QUE POSSAM TER MAIS ACESSO A CRÉDITO”.

Alfredo Cotait



ALFREDO COTAIT: O que é o Cadastro Positivo, de que tantas pessoas têm ouvido falar, mas ninguém sabe realmente do que se trata? O Cadastro Positivo é, na verdade, um grande banco de dados com informações pessoais, principalmente daqueles que honram os seus compromissos, para que possam ter mais acesso a crédito. Antigamente, essas informações eram reunidas de uma forma muito simples, através de fichas. Os comerciantes se encontravam na praça de comércio para negociar e tiveram a ideia de formar uma associação que pudesse centralizar as informações para que as operações pudessem ser feitas com crédito. Então, foi feita essa associação e as informações de comércio, de quem pagava e quem não pagava, começaram a ser registradas em fichas de papel, que eram consultadas sempre que alguém queria crédito.

E, como vários dos senhores sabem, quando a gente tinha que fazer alguma comunicação, fazia um comunicado à praça. Ia ao jornal e comunicava à praça: fulano de tal honrou seus compromissos, não deve nada. Todas as comunicações eram feitas à praça. Essa é a praça do comércio. E essa praça do comércio evoluiu para a Associação Comercial de São Paulo e depois se transformou em um bureau de informações, que deu origem a outros. Por exemplo, a Serasa nasceu depois do bureau de informações da Associação

Comercial, que é o antigo SPC (*Serviço de Proteção ao Crédito*).

Evoluindo nesse processo todo, o SPC virou uma empresa chamada Boa Vista, competindo com a Serasa na obtenção dessas informações. Mas onde entra o Cadastro Positivo nisso tudo? Antes dele nós fazíamos o cadastro negativo. Quando a gente queria saber se poderia dar crédito a uma pessoa, consultávamos o bureau e ele respondia: “Nada consta”. Ou seja, não havia nada que desabonasse aquela pessoa, poderíamos dar crédito a ela. Mas se ela tivesse se esquecido de pagar uma conta de telefone, ou tivesse esquecido, por alguma razão, de pagar a prestação do carro, aí estaria apontado lá e essa pessoa não teria mais crédito, seria incluída no SPC, no cadastro dos inadimplentes. A pessoa se tornava inadimplente por esquecimento, por uma falha ou impossibilidade momentânea de pagar alguma prestação.

Com o Cadastro Positivo isso muda. O Cadastro vai dizer: “Esse fulano de tal pagou todas as suas contas em dia, esqueceu ou deixou de pagar uma conta de telefone; isso não quer dizer que ele não pode ter direito a crédito”. Com isso, pode-se dar crédito a ele. Mas que tipo de crédito? Depende do seu comportamento. Quanto melhor for o seu histórico de pagamentos, menor será a sua taxa de juros. Ou seja, a pessoa poderá negociar, agora, a sua taxa de juros. Todos nós receberemos um *score*, o nosso nível de adimplência, para que possamos negociar a nossa taxa.

O que isso tem de importante? Todos teremos o registro no Cadastro Positivo. Há a expectativa de que 130 milhões de consumidores brasileiros estarão no cadastro de todos os *bureaus* e cada um receberá a sua nota. Mas o importante, além disso, é que as instituições financeiras que oferecem crédito não poderão mais fazer com que o *spread* bancário seja igual para todos. Ou seja, o bom pagador sempre pagou uma taxa de juros mais alta pelo mau pagador. Esse *spread* bancário será reduzido.

O CADASTRO NÃO PEGOU, MAS AGORA VAI PEGAR. POR QUÊ? O QUE ACONTECE COM O NOVO PROJETO? A ADESÃO AO CADASTRO SERÁ AUTOMÁTICA, COM POSSIBILIDADE DE SAÍDA SE O CONSUMIDOR DESEJAR. ESTE É O PRINCIPAL ITEM QUE MODIFICOU O PROJETO”.

Walter Ihoshi

Além disso, para a economia do Brasil, nós teremos maior volume de crédito disponível, serão dados melhores - no sentido de que as instituições financeiras terão mais segurança nos créditos dados - e o retorno desses recursos aumentará o volume de crédito disponível para os consumidores. Portanto, o Cadastro Positivo é, na verdade, uma transformação na indústria de crédito. E vocês sabem que a nossa economia só cresce, só funciona, na base do crédito. Vai levar ainda alguns meses para a sua implementação, mas depois, com certeza, teremos um incremento na atividade econômica graças ao Cadastro Positivo.

SÉRGIO RONDINO: Essa foi uma longa batalha parlamentar. Vamos saber um pouco sobre isso pelos nossos deputados federais, começando pelo Walter Ihoshi.



WALTER IHOSHI: É uma alegria muito grande relatar um pouco do que aconteceu em Brasília nesses últimos meses, até a aprovação do Cadastro Positivo. Eu finalizei meu terceiro mandato como deputado federal pelo PSD. Foi uma honra poder servir ao Estado de São Paulo em Brasília e um dos projetos que desde o início recebi como

uma missão, ainda como integrante da Associação Comercial de São Paulo e da Fapesp, foi apoiar a tramitação do Cadastro Positivo lá em Brasília.

Eu conheci o Cadastro Positivo através das ideias do nosso presidente da Fundação Espaço Democrático, Guilherme Afif Domingos, e fui enviado, no meu primeiro mandato, em 2007, para a Comissão de Defesa do Consumidor. Lá iniciei o debate com os parlamentares da Defesa do Consumidor. Nós tínhamos dois projetos tramitando em Brasília - um da Câmara e outro no Senado. Esses projetos foram tramitando e o final não foi da forma que esperávamos. E por necessidade até de ativar a economia, em 2011 esse projeto foi aprovado por Medida Provisória. Nós participamos amplamente do debate sobre o Cadastro Positivo, mas infelizmente ele não pegou. E hoje apenas dez milhões de consumidores fazem parte do Cadastro Positivo. Essa nova lei foi iniciada no Senado em 2017. Foi aprovado um projeto novo e agora realmente temos a chance de que o Cadastro Positivo pegue para valer. O Cadastro não pegou, mas agora vai pegar. Por quê? O que acontece com o novo projeto? A adesão ao Cadastro será automática, com possibilidade de saída se o consumidor desejar. Este é o principal item que modificou o projeto.

Todos nós, a partir do dia 9 de julho, na implementação desse projeto, participaremos do Cadastro Positivo. Antes, muitos consumidores diziam: “Pelo amor de Deus, eu quero participar do Cadastro Positivo”. Agora, não. É automático. Porém, fizemos alterações importantes e preservamos o direito de o consumidor sair a qualquer momento. Essa foi uma mudança importante. Um grande debate foi feito juntamente com os parlamentares da Comissão de Defesa do Consumidor. O coração do projeto é a adesão automática.

Agora nós também poderemos ter a inclusão de informações relativas a adimplência de contas de água, luz e telefone. Faremos com que aquele



consumidor que não tem conta em banco, mas que paga luz e telefone, participe. Esse consumidor fará parte desse banco de dados.

E, finalmente, temos agora o alinhamento ao Código de Defesa do Consumidor. Ele protege o consumidor de eventuais danos que possam acontecer ao longo da implantação do Cadastro Positivo e responsabiliza os operadores que detêm essas informações. Esses foram os principais pontos alterados.

Eu não vou entrar em detalhes sobre os benefícios porque o Elias vai abordar, mas, rapidamente: melhora a avaliação do crédito com a redução da assimetria da informação, ou seja, como o Cotait disse, beneficia os bons pagadores. Estimula a concorrência. Hoje, no Brasil, temos quatro bancos que detêm cerca de 80% dos créditos. Nós vamos fazer com que os bancos possam correr atrás do bom pagador. Vamos estimular a participação das pequenas financeiras e Fintechs, que poderão participar também da oferta de crédito no nosso País. E a nova lei também melhora o acesso ao crédito para as pequenas empresas e para os pequenos consumidores - aquele das Casas Bahia, que sem-

pre está lá e paga o seu crediário pontualmente. Por que ele não tem crédito no mercado? Então, esse consumidor vai poder participar do Cadastro Positivo. É a democratização do crédito.

E como foi a tramitação na Câmara dos Deputados? Vocês não imaginam a dificuldade de aprovar um projeto como esse. E estávamos discutindo, em 2017 e 2018, a reforma da Previdência. Imaginem, em 2018, às vésperas de uma eleição. E a tramitação começou assim: no final do mês de novembro, o presidente Rodrigo Maia nos designou para ser o relator do Cadastro Positivo em plenário, representando todos esses pareceres que estariam sendo elaborados numa comissão especial. No final do mês de dezembro nós iniciamos a tramitação com a aprovação da urgência. Ou seja, veio o Natal, ano novo, recesso parlamentar, e só em fevereiro iniciamos os debates. Mas ao longo desse tempo todo fizemos uma costura muito grande com os parlamentares da defesa do consumidor. Fizemos diversas reuniões com técnicos do Banco Central, com o presidente Ilan Goldfajn e também com os órgãos de defesa do consumidor. Eu tive grandes debates

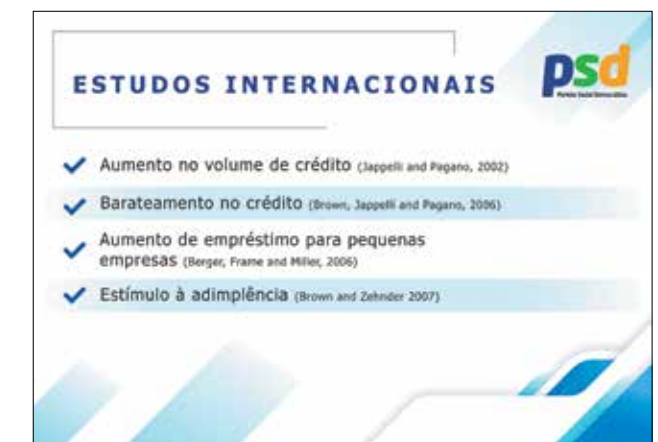
com deputados ligados à defesa do consumidor, principalmente o Celso Russomano, que posso dizer que me ajudou a construir esse texto. Foi um debate muito longo inclusive com os órgãos de defesa do consumidor, mas conseguimos vencer todas essas etapas.

Elaboramos um substitutivo com 16 alterações. Fizemos alterações para melhorar o texto que veio do Senado. O texto era bom, mas nós aprimoramos. Fizemos três reformulações no substitutivo em plenário, na hora da votação. Três mudanças. E aí, ao final precisávamos de 257 votos. E o Elias foi um grande parceiro. Eu quero muito agradecer sua presença semanal lá, conversando, mostrando a cada parlamentar os benefícios do Cadastro Positivo e evitando o que a gente chamava de *fake news* em plenário, de movimentos que eram contra o Cadastro Positivo tentando convencer os parlamentares a não votar. Enfrentamos influências poderosas no plenário.

Então, não era uma questão somente de convicção. Nós tínhamos várias situações. Já sabíamos, por exemplo, que os parlamentares da esquerda - PT, PCdoB, PSB - eram contra. Tínhamos ainda que convencer os deputados da defesa do consumidor e ganhar aqueles parlamentares que estavam sendo convencidos com informações baseadas em *fake news*, nas redes sociais e no plenário. Enfim, conseguimos conquistar 273 votos. Eu fui caçar cada voto no corpo a corpo. Tínhamos parlamentares que estavam lá no fundo do plenário sem colocar o dedo para votar. Eu tive que pegar um líder de bancada e dizer: "Olha, o seu deputado está lá no fundo. Pelo amor de Deus, pega esse deputado e faz votar". Esse líder saiu do meu lado, puxou esse deputado e ele votou. Elias acompanhou, foi testemunha desse processo: 273 votos sim, 159 votos não. Foi em maio de 2018. Aí veio o processo eleitoral - deputado, senador, todo mundo em campanha. E aí acabou a eleição e havia ainda 11 destaques e emendas para serem votadas.

Nós tínhamos que colocar 257 deputados para defender o nosso projeto, porque qualquer um desses destaques poderia desfigurar o projeto. E eu quero aqui agradecer porque virou o ano e o governo Bolsonaro decidiu colocar o Cadastro Positivo para ser votado na Câmara dos Deputados. Eu quero muito agradecer o apoio e a defesa que o deputado Marco Bertaiolli fez, representando o PSD lá. Ele defendeu que os destaques fossem derrubados e nós conseguimos colocar mais 257 deputados para derrubar esses destaques. Enfim, uma grande vitória para o Brasil. O projeto foi sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro.

Eu quero aqui mostrar dois slides. O primeiro mostra estudos internacionais que demonstram como o Cadastro Positivo deu resultados. O outro é um quadro-resumo que mostra quais foram as alterações feitas no Cadastro Positivo.



SÉRGIO RONDINO: E agora, com a palavra, o deputado Marco Bertaiolli.



MARCO BERTAIOLLI: O PSD é o partido que encampou o Cadastro Positivo no Brasil. Foi o partido que defendeu o projeto, mesmo quando poucos conheciam ou acreditavam que seria possível essa modernização na relação de consumo. Nós não estamos falando apenas de um cadastro, estamos falando em modernização entre quem compra e quem vende e em melhorar a vida para quem compra. Os estigmas e paradigmas que precisam ser quebrados quando uma proposta tão inovadora quanto essa é colocada são imensos. São dificuldades, ameaças que não existem, mas que alguns enxergam. Enfrentamos resistências, mas o PSD conseguiu apresentar à Câmara Federal todos os pontos positivos e fez prevalecer a opinião de que a relação de consumo no Brasil melhora. E isso foi capitaneado pelo senador Alfredo Cotait e depois pelo deputado Walter Ihoshi. E muitos outros colaboraram para que isso acontecesse, até porque precisávamos de 257 votos para que fosse aprovado. Mas como toda legislação no Brasil, ela é cheia de penduricalhos, são os famosos jabutis que são colocados no meio da lei, e se você não tomar cuidado, perde tudo o que foi feito. E o Walter Ihoshi tem razão: além de defender o projeto, ainda era importante derrubar os destaques que desfigurariam todo o projeto. O fato é que

graças ao trabalho do Walter Ihoshi, do PSD, esse projeto foi aprovado e hoje o Cadastro Positivo é uma realidade no Brasil.

E o que muda, na prática, na vida das pessoas? O Alfredo Cotait está comandando uma ação que será realizada pela Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo para popularizar o Cadastro Positivo. O que nós precisamos agora é orientar as pessoas sobre o que é o Cadastro Positivo e como, na prática, ele funciona. Na verdade, o que temos hoje é o SPC, o cadastro negativo, que informa ao comerciante se o consumidor tem alguma conta atrasada, alguma prestação que não tenha sido paga. Resumindo, o cadastro negativo informa quem pode não pagar. E aí o comerciante diz: “Eu não posso vender porque o seu nome está no SPC”. Mas, hoje em dia, quem quer saber quem não pode comprar? O comerciante quer saber quem pode comprar. E quem pode comprar, pode comprar quanto, com segurança e tranquilidade? É essa informação que o Cadastro Positivo nos dá. Aliás, o SPC é extremamente cruel com o trabalhador. Vejam só. Você tem uma vida de bons pagamentos. Você fez aquisições nas Casas Bahia, nas Casas Pernambucanas, pagou o seu carnê em dia. Só que, um belo dia - o que pode acontecer na vida de qualquer cidadão -, você perde o emprego. E durante aquele período de dois ou três meses, você teve lá uma prestação que não foi quitada. Seu nome vai para o SPC. Todo o seu histórico de vida de bom pagador foi por água abaixo, jogado no lixo, e o que prevaleceu foi uma prestação do carro que você atrasou em função de ter perdido o seu emprego. Isso é cruel com o trabalhador que paga as suas contas em dia.

O Cadastro Positivo é absolutamente justo com o consumidor. Porque numa situação como essa, o que vai acontecer? O histórico e a sua nota de bom pagador estarão preservados, menos aquela prestação que está atrasada. Isso não vai mais te impedir de realizar uma nova aquisição. Vai mudar

MAS, HOJE EM DIA, QUEM QUER SABER QUEM NÃO PODE COMPRAR? O COMERCIANTE QUER SABER QUEM PODE COMPRAR. E QUEM PODE COMPRAR, PODE COMPRAR QUANTO, COM SEGURANÇA E TRANQUILIDADE? É ESSA INFORMAÇÃO QUE O CADASTRO POSITIVO NOS DÁ”.

Marco Bertaiolli

o quê? O ato do comerciante, do lojista, da empresa que você está comprando em avaliar o seu crédito. Isto é, a sua conta de luz que foi paga em dia, a sua conta de água que foi paga em dia, o carnê da escola que foi pago em dia - isso tudo vai somando para demonstrar o quão bom pagador você está sendo ao longo da sua vida.

Para esse perfil de pagamento é atribuída uma nota. E essa nota é colocada à disposição do comerciante e do lojista para poder atribuir a você um valor de quanto você pode comprar e o fundamental: a taxa de juros praticada. Porque a partir do momento em que o comerciante deseja ter com bons consumidores adquirindo os seus produtos, a taxa de juros também será um produto que será negociado. Nós vamos ver, daqui a pouco, concorrência na taxa de juros. O preço da televisão é o mesmo, mas aqui a taxa de juros é 0,9%, ali é 0,7% e ali é 0,6%. Vamos estabelecer uma concorrência saudável que será benéfica para o consumidor. Então, estamos numa grande cruzada e precisamos de todos. É fundamental um trabalho de conscientização. Porque quando o Cadastro Positivo entrar em funcionamento, os consumidores não podem se assustar com essa iniciativa, até porque ela ainda é desconhecida por 99,9% da população.

O que nós precisamos - e é isso que a Federação das Associações Comerciais, capitaneada pelo Alfredo, deverá fazer - é conscientizar como o consumidor pode se beneficiar dessa nova ferramenta de relação de consumo que nós teremos no Brasil a partir desse momento. Para chegarmos até aqui, muito trabalho foi feito. E eu quero destacar aqui o trabalho das associações comerciais do Estado de São Paulo. Não fosse o trabalho delas, que são as legítimas representantes do micro e do pequeno empreendedor, essa legislação não teria sido aprovada. Não fosse o empenho do deputado Walter Ihoshi essa legislação não teria sido aprovada. Como no meio do ano passado, com a legislação absolutamente esdrúxula conhecida como

Lei da AR, que prejudicava todas as pequenas e microempresas. Ela determinava que o consumidor só poderia ser cobrado através de carta com acusação de recebimento e só foi derrubada graças às Associações Comerciais do Estado de São Paulo, capitaneada pela Adriana Flosi, presidente da Associação Comercial de Campinas, que fez um trabalho brilhante. E é isso, porque as associações comerciais representam a livre iniciativa e são entidades voluntárias. Tudo o que nós defendemos no Brasil, hoje, são as entidades voluntárias.

Isso significa o quê? A associação comercial não vive de imposto, não vive de contribuição obrigatória, não vive de dinheiro público. A associação comercial vive daquilo que ela representa e da qualidade de serviço que ela presta aos comerciantes de determinada cidade. Se esses serviços forem bons, os comerciantes se associam. Se esses serviços não forem bons, os comerciantes deixam de se associar. Essa é a livre concorrência, essa é a prestação de serviço. E por ter essa legitimidade é que as associações comerciais foram tão importantes no ano passado para derrubar a Lei da AR, que jogava contra o consumidor, e agora para aprovar o Cadastro Positivo.



SÉRGIO RONDINO: Eu gostaria de ouvir agora a palavra do Elias Sfeir, que pode nos dar uma ideia de como isso impacta ou como vai impactar o mercado consumidor.



ELIAS SFEIR: Qual é o impacto do Cadastro Positivo? Qual o impacto na ativação da economia? Primeiro, o Cadastro Positivo existe em 70 países. No Brasil chegou com 30 anos de atraso, mas chegou graças aos esforços que foram feitos pelos nossos parlamentares, pelo PSD e as 12 entidades que trabalharam com a gente. Criamos a frente do Cadastro Positivo, que representava 42% do PIB. Com o Cadastro Positivo, o histórico de pagamento, de crédito, vai permitir uma visão muito mais justa do consumidor. Eu digo que o cadastro negativo é uma fotografia e o Cadastro Positivo é um filme. Então, o filme é muito mais justo, como já foi bem colocado. Outro ponto importante: como vai funcionar? Nós teremos a inclusão dos dados automaticamente e isso beneficiará 130 milhões de brasileiros - hoje só temos entre 10 e 11 milhões de beneficiados em oito anos, uma taxa muito baixa. A inclusão vai acontecer. Os *bureaus* (birôs) vão receber as informações, essas informações estarão disponíveis e a pessoa pode sair na hora em que quiser. E o Cadastro Positivo está de acordo com a Lei de Proteção de Dados Pessoais, de modo que não temos conflitos, temos segurança jurídica e como operar. O que não entra como informação para o Cadastro Positivo: saldos e extratos da conta corrente, informações de investimento, detalhes da fatura do cartão de crédito e hábitos e his-

O QUE NÃO ENTRA COMO INFORMAÇÃO PARA O CADASTRO POSITIVO: SALDOS E EXTRATOS DA CONTA CORRENTE, INFORMAÇÕES DE INVESTIMENTO, DETALHES DA FATURA DO CARTÃO DE CRÉDITO E HÁBITOS E HISTÓRICO DE CONSUMO. ENTRAM INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTAS QUE VOCÊ PAGA. O SEU PATRIMÔNIO NÃO ENTRA E, ENTÃO, O SIGILO ESTÁ PRESERVADO. COM O CADASTRO POSITIVO ATUAL TODOS OS DADOS PODERIAM FICAR ABERTOS. COM O NOVO CADASTRO POSITIVO, O CONSULENTE SÓ VAI TER ACESSO À NOTA DE CRÉDITO.

Elias Sfeir

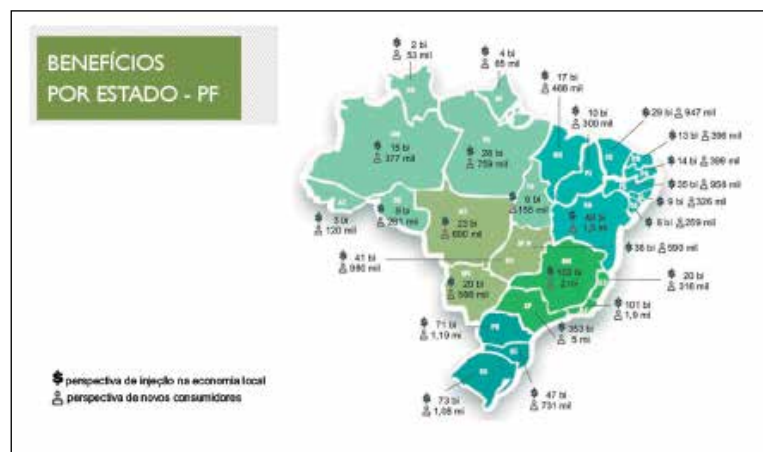
tórico de consumo. Entram informações sobre as contas que você paga. O seu patrimônio não entra e, então, o sigilo está preservado. Com o Cadastro Positivo atual todos os dados poderiam ficar abertos. Com o novo Cadastro Positivo, o consulente só vai ter acesso à nota de crédito. Eu, como consumidor, autorizo ou não a abertura dos detalhes. Isto preserva a privacidade do consumidor. É um avanço muito importante, que nos coloca na vanguarda até em nível mundial.

Quais serão os benefícios? Um estudo feito pela LCA, consultoria especializada em estudos econômicos, mostra que o Cadastro Positivo vai gerar cerca de 0,54% de aumento, ao ano, no nosso PIB. Só ele. Por quê? Vai girar o crédito de tal maneira que a economia será oxigenada. A gente espera a circulação, no longo prazo, de cerca de R\$ 1,1 trilhão a R\$ 1,3 trilhão na economia. Os *bureaus* fizeram uma análise de qual é o benefício social disso. Pegamos as classes C, D e E, deixamos só o cadastro negativo e fizemos a nota. Na hora em que a gente agrega o Cadastro Positivo, para 60% dessa população a nota sobe. Então, temos muitas pessoas que são boas pagadoras. E como foi muito bem colocado aqui, o Cadastro Positivo vai inserir cerca de 22 milhões de pessoas no consumo porque a nota de crédito vai subir e com isso as pessoas terão acesso ao crédito.

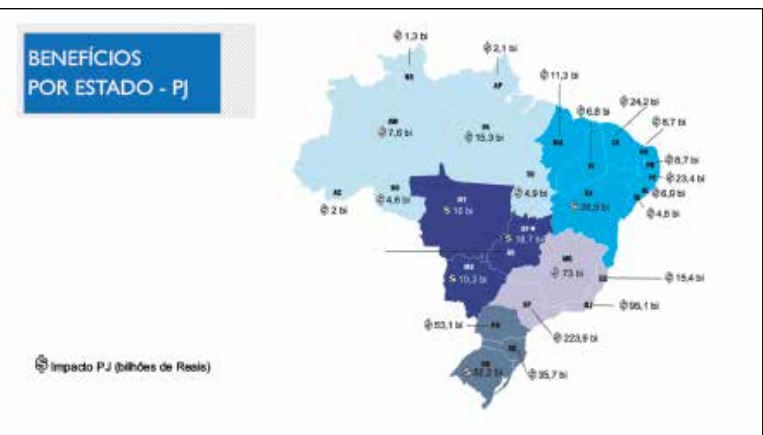
E o grande ponto é o *spread* bancário. O *spread* bancário brasileiro é um dos maiores do mundo e a inadimplência é o maior componente do *spread* bancário. Cerca de 50% dele, segundo estudo da Febraban (*Federação Brasileira dos Bancos*), se deve à inadimplência. O Cadastro Positivo reduz em até 45% esse *spread* bancário, proporcionando uma grande abertura para a redução da taxa de juros. E o que é mais importante, além da redução: o Cadastro Positivo vai democratizar o acesso à informação, que hoje está nas mãos dos grandes bancos. Agora, todas essas informações vão para os *bureaus* de crédito, que são instituições

independentes. Além das informações bancárias, vamos receber informações sobre telefonia, água, luz e gás. No Brasil, um quarto da população não é bancarizado. A gente democratiza o crédito para esses brasileiros. E também haverá aumento de emprego, renda e arrecadação.

Quantas pessoas serão beneficiadas e quantos bilhões circularão pelos Estados nos médio e longo prazos? Se a gente pegar o Estado de São Paulo, por exemplo, são R\$ 353 bilhões e cerca de 5 milhões de pessoas beneficiadas. Esse mapa a gente usou muito na fase de tramitação do projeto, para conversar com os deputados federais e mostrar: "Olha só o benefício no seu Estado".



Outro ponto importante: o benefício para a pessoa jurídica. Impacto em bilhões de reais. A gente vê no Estado de São Paulo, por exemplo, um impacto de R\$ 224 bilhões.



A sociedade só tem a ganhar. O crédito passa a ser mais acessível e barato; o aquecimento da economia acaba gerando emprego; a avaliação de crédito passa a ser baseada em dados positivos; há mais crédito para os menos favorecidos; e a privacidade é garantida pela nova Lei de Proteção de Dados Pessoais. Então, com esse movimento, colocamos o Brasil no rol das empresas desenvolvidas na área de crédito. Esse resultado vai ser imediato? Não, porque a gente tem que formar um histórico. É preciso pelo menos de um a dois anos de formação de um bom histórico para que eu comece a ter o benefício de uma maneira mais tangível. Na lei está previsto que o Banco Central, após 24 meses de implementação, mostre o impacto no spread bancário e conseqüentemente na taxa de juros.

Quem apoiou os parlamentares no projeto? Foi criada a Frente do Cadastro Positivo com mais 5 mil entidades da indústria e comércio e mais de 400 empresas. Esses são os parceiros que participaram ativamente das reuniões lá em Brasília. E qual é a grande mensagem que eu tenho para vocês? O que é uma cidadania? Cidadania simplesmente é, a partir do momento em que alguém obedece às regras do Estado, ter direito ao bem-estar social. Agora, bem-estar social está ligado a recursos. E quem não tem acesso ao mercado financeiro não tem acesso a recursos e não pode simplesmente exercer o seu direito à cidadania. E o Cadastro Positivo vai fazer exatamente isso, vai fazer a inclusão financeira que abre a porta para que esses cidadãos que estão excluídos hoje possam ter acesso ao crédito, aos recursos financeiros, ao bem-estar e à cidadania, como prevê a nossa Constituição.

SÉRGIO RONDINO: Nós temos cerca de 20 minutos para perguntas e respostas. Vamos começar pelo economista Roberto Macedo, consultor do Espaço Democrático.



ROBERTO MACEDO: Sou professor e estou acostumado a dar notas, mas agora eu vou receber nota. Eu quero saber como vai ser essa nota. Ela vai variar entre os *bureaus* de crédito ou vocês vão ter um critério para que, no final, a gente tenha a mesma nota em todos eles?

ELIAS SFEIR: Os dados vão para os quatro *bureaus* de crédito e cada um vai construir a sua catedral, a sua casa. Cada um tem a sua maneira de avaliar, e as avaliações devem ser muito próximas porque as informações são as mesmas. Isso foi algo que defendemos junto ao deputado Walter Ihoshi, para que houvesse competição no mercado dos *bureaus* de crédito, que não houvesse assimetria de informações entre eles. Então, se você for consultar os *bureaus* A, B, e C as notas serão muito próximas e com isso teremos garantida coerência no processo de avaliação.

ROBERTO MACEDO: E as notas serão de 1 a 10?

ELIAS SFEIR: De zero a mil.



ALDA MARCO ANTONIO: Parabéns a todos que conseguiram esse grande feito. A minha pergunta é para o deputado Walter Ihoshi: por que os partidos de esquerda eram contra? É uma pergunta ao Elias: qual foi o critério para conseguir saber o benefício econômico para cada Estado brasileiro?

WALTER IHOSHI: Esse projeto foi nasceu entre as medidas da microeconomia que foram criadas no governo anterior. Então, o ministro da Fazenda tinha como prioridades alguns projetos que pudessem impulsionar a economia - e este era um projeto do governo. Com o apoio do governo e do Banco Central, naturalmente os partidos de esquerda se colocaram contra. Mas se um dos partidos de esquerda fosse governo provavelmente seria a favor. A Medida Provisória do Cadastro Positivo é do governo Dilma Rousseff.

Elias Sfeir: Existe uma nota mínima para que os agentes financeiros forneçam crédito ou não. Existe uma população que está excluída, 25%. E existe um risco menor com o Cadastro Positivo. Esses três fatores foram levados em conta e analisados com os dados que existem hoje, o cadastro negativo e a amostra de 10 milhões que tínhamos de positivo. Projetamos isso para 130 milhões de habitantes e com isso temos os dados por Esta-

do. O governo federal vai arrecadar, os Estados vão arrecadar e a economia também se beneficia com isso. Esse estudo foi feito pelos *bureaus*.

SÉRGIO RONDINO: A próxima pergunta é do cientista social Túlio Kahn.



TÚLIO KAHN: Antigamente, havia o que a gente chamava de cheque-boi, não sei se já ouviram falar. Você dava um cheque numa loja, o gerente olhava e fazia: “hummmmm”. Hoje isso não é mais decidido dessa forma. São os algoritmos. A tal ponto que nos países desenvolvidos já há movimentos em favor da transparência dos algoritmos, para que sejam socialmente justos, não sejam discriminatórios. Porque as decisões são tomadas por esse sistema de classificação baseado em dados. Eu fico imaginando que o que a gente chama de capacidade de crédito é altamente relacionado com a renda da pessoa. Quem tem a renda mais elevada consegue manter mais em dia as suas contas e não ficar inadimplente. Então eu pergunto se quem tem maior renda vai pagar juro menor.

ELIAS SFEIR: O fato de ele ter uma renda alta ou renda baixa não afeta. O que afeta é exatamente o comportamento. Nós temos hoje cerca de 62 milhões de pessoas negativadas, R\$ 276 bilhões parados - praticamente uma vez e meia o nosso déficit primário. Só que poucas pessoas sabem que cerca de 10% dessa população são de consumidores compulsivos. E essa compulsão não depende de você ser rico ou pobre. Então, o que interessa, no fundo, é exatamente o comportamento que você tem em relação ao pagamento dos seus serviços e

mais nada. É muito melhor ter uma pessoa que tem um comportamento bom e vem das classes C, D ou E, do que uma pessoa com um comportamento duvidoso e com certo risco nas classes A e B.

Então, vai ser muito mais fácil as Fintecs fazerem essa avaliação - que a gente chama de *subprime*, as pessoas que têm uma renda menor e hoje não “existem”. Agora vão passar a existir, vão ter acesso a crédito e vão ter acesso inclusive à casa própria. Esse pessoal não tinha holerite, não tinha histórico. No fundo, é indiferente se a pessoa tem uma renda alta ou uma renda baixa. Existe uma correlação entre renda disponível e capacidade de pagamento. E por que isto é medido? Para saber o grau do endividamento. Porque a partir do momento em que você passa de 30% do seu bruto em pagamentos, você já está no risco de ser uma pessoa endividada, e tanto faz a classe social. Agora, eu não vou ter acesso a patrimônio. Vou ter acesso à informação de consumo, que vai inferir uma possível renda - o que chamamos de renda presumida, mas o comportamento tem um peso muito maior. Em relação às fórmulas dos algoritmos, esse é um debate que existe mundialmente. Se você tiver a fórmula aberta, vai falar: eu vou pagar isso daqui em vez daquilo para minha nota subir. Agora, os *bureaus* abrem quais são os componentes que são importantes para que você tenha uma vida financeira saudável. Isso é aberto. Qualquer consumidor pode obter essa informação. E vai fazer parte de um esforço nosso em educação financeira.



ALEXANDRE DEPIERI: Dentro do ramo imobiliário nós temos um score e ele é avaliado a cada 60 dias. Quando o meu score é baixo, eu não te-

nho a pontuação para ter o financiamento para uma casa. Eu só posso ser reavaliado depois de 60 dias, quando posso melhorar o meu score. Eu gostaria de saber: nesse novo modelo, o que se pensa da periodicidade?

ELIAS SFEIR: O fato de ter 60 ou 90 dias é uma decisão do credor, mais nada. Agora, a mudança da nota de crédito não é automática. Porque as pessoas têm que mostrar comportamento, que é uma constância de ações. Por isso que alguns credores dão 30 dias; outros, 60 ou 90 dias para fazer uma reavaliação. Mas no Cadastro Positivo, certamente em 60 dias, 90 dias já se começa a sentir a diferença porque o volume de informações começa a fazer efeito para a avaliação da nota de crédito.



RENATA PAIVA: A minha pergunta refere-se à privacidade: como ela será garantida? Porque hoje nós temos uma desconfiança muito grande em relação aos dados.

ELIAS SFEIR: Esse foi um tema de debate bastante interessante com o pessoal da Defesa do Consumidor. Foi feito o seguinte arranjo. Hoje, quando se faz a consulta, só é dado acesso à nota, não há acesso às informações financeiras. O consumidor autoriza ou não a abertura das informações ao consulente. A decisão de abrir é dele. Com isso, a gente garante, primeiro, uma nota muito mais equilibrada e o consumidor é preservado. E, segundo, o consumidor está empoderado a ponto de decidir com o credor se ele quer abrir ou não. A decisão é dele. E com isso a privacidade está na

mão exatamente de quem deve zelar pelo crédito, que é o próprio consumidor. E a lei do Cadastro Positivo está em perfeita sintonia com a Lei Geral de Proteção de Dados. Todas as sanções, multas e requisitos também são atendidos, estão harmonicamente ligados, o que nos dá a segurança de que a privacidade seja mantida e respeitada.

WALTER IHOSHI: Como nós dissemos na apresentação, o Cadastro Positivo está totalmente alinhado com o Código de Defesa do Consumidor. O consumidor tem todo o respaldo da legislação atual. E outro ponto que favoreceu também a votação do nosso texto foi que um pouco antes foi aprovada a Lei de Acesso de Dados. Elas são complementares. E a qualquer violação de informações, os operadores, que manipulam os dados, serão responsabilizados, inclusive criminalmente. Fizemos um texto que blinda totalmente o consumidor.

ELIAS SFEIR: Só complementando: o Banco Central vai regular. Os *bureaus* serão qualificados. Tem todas as regras que o Banco Central vai colocar de modo a inclusive fortalecer a segurança.

SÉRGIO RONDINO: A próxima pergunta é do cientista político Rogério Schmitt.



ROGÉRIO SCHMITT: Na prática, esse histórico de crédito passa a valer a partir de determinado prazo ou vai ser retroativa, tanto para a parte positiva quanto para a parte negativa? Eu li uma reportagem, parece que havia uma divergência de interpretação e eu não sei se procede.

ELIAS SFEIR: A negativa é instantânea, a partir do momento em que os *bureaus* negativam, que é quando o credor chega lá e fala: "Por favor, manda uma carta notificando". Em algumas instituições financeiras são 30 dias, outras, 90 dias. Quanto ao Cadastro Positivo, existe uma discussão no Banco Central, agora na regulação, se ele vai entrar a partir do momento da data zero ou se ele será retroativo. Esse é um tema que está em conversa e vai ser regulamentado da maneira mais conveniente, de acordo com os critérios do Banco Central, que é o regulador.

WALTER IHOSHI: Só complementando: o período é de três anos. Se o consumidor, naquele momento, ficou desempregado, teve algum problema, aquilo vai ser pontual. Então, você tem três anos para avaliar, analisar o histórico de crédito daquele consumidor.



RUBENS FIGUEIREDO: Esses 25% que estão fora do sistema bancário, a nota deles vai ser basicamente água, luz, telefone e gás, que não dá para não pagar. O nível de inadimplência é baixo porque é uma conta que a pessoa necessariamente paga para a sua família. Minha primeira pergunta é: como é que vocês tiram essa obrigatoriedade do risco? E a segunda, se não haverá uma dificuldade muito grande para administrar. Em Mogi das Cruzes é uma empresa de água, uma concessionária de luz; em Campinas outra. E isso no Brasil inteiro. Como se vai operacionalizar esse levantamento de dados?

ELIAS SFEIR: Se o consumidor paga água, luz, telefone e gás, ele paga um empréstimo bancário, um empréstimo feito no varejo ou coisa que o valha. O importante é o comportamento. A operacionalização vai acontecer. O sistema financeiro já está preparado. Já acontece hoje. Há 10 milhões de pessoas que já fazem parte do Cadastro Positivo. Eu já me cadastrei há três ou quatro anos. A informação ainda é válida e está lá. Agora, as empresas que fornecerão outras informações verticais já estão conversando com a gente há um certo tempo para que consigamos captar essas informações.

RUBENS FIGUEIREDO: Sabe o que me anima com este projeto? O governo vai arrecadar mais.

SÉRGIO RONDINO: Tenho uma pergunta para um de vocês, que é a seguinte: como é que o cidadão limpa o seu nome? Vamos dizer que nos últimos três anos, como disse o deputado Walter Ihoshi, ele teve aí alguns problemas e está com uma nota baixa. Como ele faz essa nota aumentar e em quanto tempo? Hoje, pagou, limpou o nome, se não estou enganado. Mas na nota não, tem um prazo de três anos. Como é que isso acontece?

ELIAS SFEIR: O negativo está lá. Como é que eu limpo? Vou lá e pago. Isso já demonstra um comportamento positivo. Mas ao longo do tempo eu sou monitorado. Isso aqui foi uma ação pontual ou é um comportamento sistêmico da pessoa? Com isso, ao longo do tempo, a gente vai conseguir avaliar.

SÉRGIO RONDINO: Chegamos ao final desse Encontro Democrático. Eu agradeço aos que compareceram aqui e aos que nos acompanharam pelo Facebook. E agradeço especialmente aos deputados Walter Ihoshi e Marco Bertaiolli, ao Alfredo Cotait e ao Elias Sfeir pelas explicações. Muito obrigado.



Fundação para Estudos e Formação Política do PSD

Presidente

Guilherme Afif

Secretária

Alda Marco Antonio

Diretor Superintendente

João Francisco Aprá

Conselho Superior de Orientação

Presidente - Gilberto Kassab

Guilherme Afif
Omar Aziz
Raimundo Colombo
Otto Alencar
Claudio Lembo
Ricardo Patah
Vilmar Rocha
Guilherme Campos

ENCONTROS DEMOCRÁTICOS - Coleção 2019 - "Cadastro Positivo"
ESPAÇO DEMOCRÁTICO - Site: www.espacodemocratico.org.br Facebook: [EspacoDemocraticoPSD](https://www.facebook.com/EspacoDemocraticoPSD) Twitter: [@espdemocratico](https://twitter.com/espdemocratico)
Coordenação - Scriptum Comunicação - Jornalista responsável - Sérgio Rondino (MTB 8367)
Projeto Gráfico - BReeder Editora e Ass. de Com. Ltda - Marisa Villas Boas - Fotos - Scriptum e Shutterstock



www.espacodemocratico.org.br

